



JUSTIFICATIVA DA SINGULARIDADE DO IMÓVEL (art. 74, § 5° da lei 14.133/21)

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - SECRETARIA MUNICIPAL

DAS FINANÇAS

LOCADOR: ORESTINO BORGE DE REZENDE

CPF: 4

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO GERAL DE DOCUMENTOS, PERMANENTES/"ARQUIVO MORTO", ADMINISTRATIVO-CONTÁBEIS DA SECRETARIA DAS FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE.

Ao desempenhar as atividades públicas o Gestor deve tomar por base a determinação legal, mormente os preceitos principiológicos que norteiam a gerência dos bens públicos, pois, a Administração Pública, no contexto dinâmico, dada a evolução dos padrões a serem adotados pelos Poderes submetidos a Carta Magna, especificamente ao caput do art. 37, sendo a impessoalidade, a legalidade, a publicidade, a moralidade, além de outros, todos voltados para um bem maior que se tutela, que é o bem estar dos jurisdicionados.

Especificamente no que concerne ao Princípio da Eficiência, o Estado precisa estar preparado para gerir de forma precisa o patrimônio, recursos e as políticas públicas. Dentre as vertentes oriundas da aplicação deste princípio, pode-se mencionar a produtividade, exigência pertinente por qualquer cidadão aos órgãos públicos, mas para que a Administração Pública e precisamente o município, demonstre produtividade, é preciso que haja aparato, suporte tanto em relação ao funcionalismo, quanto a estrutura física, não basta, portanto, a divisão organizacional, é fundamental implementar esta organização.

Esta obrigatoriedade, com certeza, busca a propiciar uma solução sem a qual não se conseguiria arregimentar o melhor contratante para a Administração Pública, que hoje, no rol de seus princípios, inclui o da eficiência, mormente em período em que se exige maior conhecimento técnico para o exercício do mister e segurança dos atos administrativos.





DA CONDIÇÃO DA PROPOSTA

O Locador é proprietário de um imóvel situado à Rua Cel. Diogo Gomes, 1044, Centro, Sobral/CE, o qual será utilizado para armazenagem de documentos e ativos da Secretaria das Finanças, com o aluguel no valor mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mensais.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Tal contratação tem como base legal o art. 74, inciso V, § 5º da Lei Nº 14.133/21 e alterações posteriores, *in verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

V - Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

[...]

- § 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:
- I Avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;
- II Certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;
- III Justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Todo imóvel contempla coberta de concreto, blocos em tijolo concreto, porta e janela de vidro, com pintura em todo o imóvel e piso industrial. O imóvel está localizado no centro de Sobral, no qual a região tem predominância de unidades comerciais, localização e estrutura física com dimensões capazes de atender aos interesses da Secretaria Municipal das Finanças, visando o funcionamento do Espaço do Contribuinte - Anexo da Coordenação de Arrecadação.

Sobre o assunto Marçal Justen Filho, que ressalta:





As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que a Administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível à competição entre os particulares. O assunto também é definido por Sérgio Ferraz e Lucia Valle Figueiredo que, opinam sobre compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, como bem se reportam:

Imóvel destinado ao "serviço público", aquele a ser usado como alojamento, local de trabalho ou moradia de servidor, desde que sua localização e instalações se apresentem como viabilizadoras do melhor desempenho, para o interesse público, das atividades administrativas. (Dispensa e Inexigibilidade de Licitação p. 60).

Como o objeto da contratação refere-se a serviço de locação de imóvel, destinado ao funcionamento do Espaço do Contribuinte, anexo da Coordenação de Arrecadação, o contrato de locação será regido conforme a Lei nº 14.133/2021, que permite prorrogação sucessiva por se tratar de um serviço de fornecimento contínuo de acordo com seu art. 107, in verbis:

Art.107.Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, propomos a locação do imóvel pertencente à empresa ORESTINO BORGE DE REZENDE, CPF: 467.275.741-20, através de inexigibilidade de licitação fundamentada no Art. 74, inciso V, §5º da Lei Federal 14.133/2021, cujo objeto é o SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO GERAL DE DOCUMENTOS, PERMANENTES/"ARQUIVO MORTO", ADMINISTRATIVO-CONTÁBEIS DA SECRETARIA DAS FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE, estando de acordo com o interesse público, tanto no que se refere às atividades precípuas, quanto à compatibilidade do preço exigido pelo mercado, dessa forma, se reconhecida à singularidade do imóvel para sua locação.







Documento assinado digitalmente

JOAO RORIZ FERNANDES BRAGA Data: 12/08/2025 15:30:08 Verifique em https://validar.iti.gov.br

JOAO RORIZ FERNANDES BRAGA

Membro da Equipe de Planejamento matrícula nº 48680



Documento assinado digitalmente

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA PONTE

Data: 13/08/2025 11:30:28 Verifique em https://validar.iti.gov.br

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA PONTE

Membro da Equipe de Planejamento matrícula nº 48869



Documento assinado digitalmente

KALLINE RODRIGUES SABOIA AGUIAR

Data: 14/08/2025 14:19:11

Verifique em https://validar.iti.gov.br

KALLINE RODRIGUES SABOIA AGUIAR

Membro da Equipe de Planejamento matrícula nº 48801